

O TRABALHO ESPECIALIZADO E O DOMÉSTICO NAS FAZENDAS PASTORIS ESCRAVISTAS DO PIAUÍ*

por Solimar Oliveira Lima**

Nas vastidões do sertão, as fazendas pastoris pareciam estender os domínios senhoriais. A abundância de terras e as predominantes demarcações naturais conferiam aos proprietários posses mais próximas das desejadas que as reais. Durante anos, as tensões pela terra marcaram o povoamento do Piauí. Os limites das propriedades aos poucos foram se constituindo na Lei e no cotidiano, deixando uma área de cerca de uma légua entre as fazendas para “separar as propriedades” e para o “uso das vizinhanças”. Esta faixa comum era território livre para os senhores, com a presença de rebanhos e as retiradas de madeiras. Os trabalhadores, escravizados, forros e brancos pobres, também podiam fazer uso da terra, contanto que não edificassem moradias. Em uma destas faixas, em 1845, o negro Custódio foi encontrado acompanhado de dois parceiros na “lida do gado”.

Custódio era escravizado da Nação, os demais eram “moços livres”. O estado possuía, até 1871, propriedades divididas em três inspeções ou departamentos, denominadas Fazendas da Nação, e seus trabalhadores, escravos ou negros da Nação. Custódio, com 18 anos, seguiu do “curral” direto para a Vila de Oeiras para aprender o “ofício de pedreiro”. O escravizado costumava também labutar nas roças e dava em “bom apronte” os serviços de “feitura de telhas”. Nas fazendas do Piauí, públicas e privadas, as mãos dos trabalhadores escravizados adquiriam habilidades muito cedo.

Embora houvesse uma tendência a uma divisão sexual e etária do trabalho, eram as necessidades específicas que determinavam a utilização da mão de obra e as tarefas às quais era destinada. Era comum que nas fazendas “os escravos machos” nascessem para o serviço de vaqueiro por ser o que “mais se inclinam”. O vaqueiro era, em geral, tratado como um trabalhador desqualificado, realizador de serviços e tarefas que não requeriam habilidades. A suposta aptidão natural do negro para vaqueiro facilitava os sucessivos

deslocamentos da mão de obra para realização de outras tarefas, já que os trabalhadores eram considerados de fácil substituição.

A não permanência sistemática do trabalhador em determinada ocupação foi uma das principais características das fazendas para a mão de obra masculina. O negro adulto, assim considerado a partir dos doze anos, apesar de possuir a denominação de “vaqueiro”, raramente passava muito tempo nos campos cuidando dos rebanhos. Por isso mesmo, eram os vaqueiros os trabalhadores que podiam ser encontrados na labuta das roças, das farinhaças, dos canaviais, dos engenhos e alambiques, do transporte de cargas e animais.

Nas fazendas, os vaqueiros eram ainda cedo destinados aos trabalhos considerados especializados. Ser moço, entre 14 e 18 anos, era um dos requisitos para a iniciação nos ofícios de pedreiro, ferreiro e carpinteiro. Os aprendizes de pedreiros eram remetidos para uma vila “para aprender com escravos ou libertos que se ocupavam do ofício”. Os aprendizes de ferreiro e de carpinteiro eram enviados a outras fazendas onde houvesse “mestre oficial” para ensinar-lhes a profissão. Um aprendiz de ferreiro levava, em média, dois anos acompanhando um mestre, quando então estava apto a comandar uma “tenda”.

A tenda era um pequeno galpão coberto de telhas localizado próximo à casa do senhor e dispunha do necessário ao ofício. Uma tenda “bem montada” deveria ter fole, safra, forja, torno, malho, martelos, talhadeiras, tenazes, tufos, limas e limatões. Tenda também era a denominação do espaço destinado aos carpinteiros - embora as tarefas do ofício, muitas vezes, fossem desempenhadas nos locais onde seus serviços eram requeridos. Também era comum, aos carpinteiros, fazerem as vezes de marceneiros, fabricando peças mais simples para o “uso e serventia” das residências. Na tenda de um carpinteiro, entre seus pertences, podiam ser encontrados enxós de diferentes espécies,

machados, serras, serrotes, juntoura, plaina, formões, bigornas e limas.

Quando “oficiais”, os escravizados passavam a exercer exclusivamente o seu trabalho – tido como profissão e arte. A exclusividade, em geral, estava condicionada meramente à falta de tempo para desenvolver qualquer outra ocupação; faziam todo o processo produtivo, embora, quase sempre, pudessem contar com ajudantes aprendizes. Assim, sendo a produção dependente da destreza do trabalho e de instrumentos simples, a tendência era a reduzida produtividade. Os oficiais eram trabalhadores indispensáveis à manutenção das propriedades, visto a necessidade de reparos e consertos.

No caso dos ferreiros, cabia a estes, além dos reparos, a fabricação de novas ferramentas. Neste particular, eram comuns as encomendas de vizinhos fazendeiros e sitiantes por “machados, foices e facões para os serviços nas roças”. Este tipo de demanda por “encomenda” proporcionou, ainda que incipiente dada à reduzida produtividade, a produção para comercialização e, evidentemente, um maior grau de exploração do escravizado. Contudo, aqueles senhores que não dispunham do trabalho especializado desenvolviam, no mercado, alternativas para a satisfação de suas necessidades. Encontramos uma referência na Vila de Campo Maior, em 1856, de um ferreiro de “aluguel”. A fonte indica que o escravizado pertencia a um senhor da Vila e que costumava prestar serviços a fazendeiros.

A escolha de escravizados para a especialização em ofícios, nas fazendas da nação, por exemplo, acontecia pela observação de trabalhadores que desenvolviam determinadas ocupações manuais que não eram consideradas ofícios, embora algumas demandassem habilidade e tempo de aprendizagem. Jovens fazedores de telhas e de selas eram os preferidos pelos administradores. Ocupações como o de oleiro e seleiro eram de grande importância nas fazendas e, apesar de necessárias, não demandavam a permanência dos trabalhadores nas tarefas - o trabalhador era requisitado conforme a exigência de produção.

As possibilidades de uso da mão de obra pareciam ilimitadas. Os negros fabricavam ainda canoas, solas e cordas. Como canoeiros, costumavam fazer embarcações simples, pequenas e com poucos recursos de técnica, provavelmente ateando fogo em grossos troncos de

madeira. Como produtores de “meio de sola” e de cordas de “sedém”, os trabalhadores costumavam produzir “com prontidão necessária”. Os curtidores lidavam com a matéria-prima retirada das “matalotagens” - gado abatido para o consumo. Os cordeiros trabalhavam especialmente com crinas dos cavalos. As cordas serviam ao uso nas fazendas, nas lidas dos campos e outras necessidades.

As mulheres escravizadas, assim como os homens, estavam fadadas ao trabalho. A ocupação de fiandeira ou roceira iniciava as meninas no mundo do trabalho. A prática resultava do convívio das crianças com as mais velhas, que provavelmente exerciam a função social de cuidar das menores enquanto ocupavam-se das tarefas; e, para manterem o ritmo do trabalho e as crianças ocupadas, delegavam a estas determinadas tarefas no processo produtivo. Ainda aos seis ou sete anos, as meninas estavam na idade do trabalho produtivo. Dentre as muitas labutas, partilhavam, ao lado dos homens, tarefas nos campos de criatório, na construção de vaquejadouros e aguadas, além de peadoras e amansadoras de animais. Eram também as preferidas para os serviços domésticos.

As cozinheiras das casas eram responsáveis pelos “serviços de dentro” e dos terreiros. Preparavam a comida, onde não faltava carne, verde ou seca, cozida ou assada, e farinha. Se em torno da mesa houvesse a cerimônia do lava-mãos, portariam as bacias e tolhas e lavariam as cambraias franjadas ou os algodões “feitos no país”. Com a mesma destreza com que lavavam e alvejavam as redes e roupas, limpavam as panelas, travessas, pratos e cuias; preparavam bolos, doces de buriti e de leite, coalhada, queijo e “emulsões” da polpa de buriti e imbu; rachavam lenha para o fogão, assopravam brasas para o ferro e engomavam as roupas dos patrões, usadas nas viagens e missas; carregavam água para beber, para o uso da cozinha e para os banhos; e ainda varriam a casa, o quintal e o terreiro - neste, alimentavam os porcos, cabras e carneiros.

Nas fazendas públicas, entre as muitas tarefas, as cozinheiras ainda fabricavam sabão e gordura para serem vendidos em Oeiras e para uso nas fazendas. As negras também costumavam amamentar crianças brancas - era comum “escravas paridas para servir de amas de leite para se alugarem a particulares” em diferentes vilas. Nestas fazendas, a produção resultante do trabalho de mulheres e homens escravizados, ao contrário

do propagado pela historiografia, não era destinada às propriedades, era prioritariamente voltada ao mercado. Nas fazendas particulares, a economia mercantil foi também a base da produção, incluindo os serviços de trabalhadores especializados. Nestas condições, somente as grandes fazendas podiam, mais facilmente, destinar trabalhadores aos ofícios em caráter exclusivo. Contudo, independentemente do serviço e do lugar exercido, a exploração do trabalho era a base da relação social.

*** Este texto resulta da pesquisa em andamento "A produção pastoril no Piauí, no Mato Grosso do Sul e no Rio Grande do Sul, de 1780 a 1930 : um estudo comparado", coordenada pelo prof. Dr. Mario Maestri (UPF) e financiada pelo CNPq.**

****Professor do DECON-UFPI e dos Mestrados em Políticas Públicas e em História/UFPI. Doutor em História/PUCRS.**

AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO por José Lourenço Candido*

A criação do mercado de trabalho nos idos da primeira revolução industrial, por si só, já se caracterizou por uma transformação violenta (em todos os sentidos) na vida dos trabalhadores (antigos servos); separando-os dos seus meios de produção; tornaram-nos livres para ofertar seu labor.

Tão logo a produção capitalista se apóie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em assalariados. (MARX, 1984, p. 252).

E, de fato, esse processo de separação física dos meios de produção continuou em outro patamar, qual seja, a busca constante do domínio sobre a atividade e o ritmo laboral dos operários - e até os dias de hoje o trabalho é impelido a se adequar constantemente às necessidades de acumulação do capital, seja via precarização do trabalho, seja via o processo recalcitrante de qualificação da mão de obra.

Visto por Marx como a fonte do valor das mercadorias, o trabalho passa de gerador de valor de uso - no modo de produção feudal - para proeminência de produção de valor de troca - na

sociedade capitalista -, ou seja, produção de bens e serviços exclusivamente para o mercado.

Dados os métodos e condições de trabalho na origem do sistema, a exploração da força de trabalho dava-se fundamentalmente pela extração da mais-valia absoluta, isto é, longas jornadas de trabalho em condições de trabalho bastante precárias e que se tornavam mais graves ainda com o uso de mão de obra feminina e infantil, com jornadas de até 18 horas diárias. Tudo isso sendo possível graças à participação do Estado na criação de leis contra a vagabundagem e associação de trabalhadores, que inibia qualquer movimento de resistência trabalhista.

Nas Guildas da revolução industrial, a gerência tinha o aspecto apenas de supervisão do tempo de trabalho, de tal modo que os trabalhadores tinham que cumprir uma jornada de trabalho fatigante que conviesse ao capataz supervisor. Vale lembrar que tal capataz não era necessariamente o empresário capitalista, mas tinha uma responsabilidade com este em fornecer um volume previamente estipulado de produção.

Tal processo de produção passou a ocorrer em instalações onde todos os trabalhadores eram amontoados, sob o pretexto de melhor controle sobre o tempo de produção, pois o monitoramento das tarefas era necessário, tendo em vista a possibilidade de um trabalho menos eficiente longe das pálpebras do supervisor.